



# O Governo Ford e o Programa Nuclear Paquistanês (1974-1977)\*

Edson José Perosa Junior\*\*

## Resumen:

Durante la segunda mitad de la década de 1970, el gobierno de Ford tuvo que cambiar su política de no proliferación debido a la crisis del petróleo de 1973, la prueba nuclear de la India en mayo 1974 y la presión del Congreso y la sociedad civil de EEUU. El programa nuclear paquistaní fue uno de los *hard-cases* en ese período y la sospecha de que Islamabad quería desarrollar armas nucleares estaba bien fundamentada, ya que la India (el rival de Pakistán) tenía armas nucleares. Rastreando los orígenes del programa nuclear paquistaní este artículo explora la política de no proliferación estadounidense durante la administración Ford. La política de Estados Unidos pasó de aquiescencia a la crítica del programa nuclear paquistaní a lo largo de la administración Ford y estableció el patrón para la próxima administración.

## Abstract:

During the second half of the 1970s, the Ford administration had to change its non-proliferation policy due to the Oil Shock of 1973, the Indian nuclear test of May 1974 and the pressure from the Congress and the US civil society. The Pakistani nuclear program was one of the hard-cases in that period and the suspicion that Islamabad wanted to develop nuclear weapons was well-founded since India (Pakistan's rival) had nuclear weapons. Tracing back the origins of the Pakistani nuclear program this article explores the US non-proliferation policy during the Ford administration. The US policy went from acquiescence to criticism of the Pakistani nuclear program throughout the Ford administration and set the pattern for the next administration.

## Palabras Clave:

Guerra Fría – Henry Kissinger – Relaciones Norte-Sur – Armas Nucleares – Proliferación Nuclear.

## Keywords:

Cold War – Henry Kissinger – North-South Relations – Nuclear Weapons – Nuclear Proliferation.

\* Fecha de recepción: 30 de diciembre de 2014. Fecha de aceptación: 05 de octubre de 2015.

\*\* Magister en Historia Comparada por la Universidad Federal del Río de Janeiro. Doctorando en Historia Social por la Universidad Federal del Río de Janeiro. [perosaperosa@hotmail.com](mailto:perosaperosa@hotmail.com)

## 1. As Origens do Programa Nuclear Paquistanês.

Desde a independência do Paquistão, especialmente após 1958, ano do primeiro golpe militar que colocou o General Ayub Khan no poder, os militares desempenharam um papel crucial na política paquistanesa, governando intermitentemente por vários anos. Anos de ditadura militar resultaram na fragilidade das instituições civis. Não se podem compreender os imperativos do programa nuclear paquistanês sem ter em vista a influência dos militares no governo e no programa nuclear; obviamente o exército teve um peso desproporcional em relação aos outros braços das forças armadas, de modo que ele exerceu maior influência (SIDDIQA, 2007: p. 58-61).

No final de 1953 o presidente estadunidense Eisenhower anunciou o programa “Átomos para a Paz”, a iniciativa foi bem recebida no Paquistão e três anos depois Islamabad criou a Comissão de Energia Atômica do Paquistão (PAEC, na sigla em inglês). Entre 1956 e 1971 pode-se afirmar que o programa nuclear paquistanês foi estritamente pacífico e não era uma prioridade nem para os militares, nem para os políticos. Todavia a derrota para a Índia na guerra de 1971 mudaria drasticamente esse quadro.

A guerra se iniciou devido às eleições paquistanesas de 1970 e começou como uma guerra de libertação do Paquistão Oriental/Bangladesh. Com um número expressivo de votos para a Liga Awami (que conquistou 167 dos 169 assentos do Parlamento reservados ao Paquistão Oriental), o Paquistão Ocidental não aceitou os resultados e esperava anular a eleição e convocá-las novamente. Diante da possibilidade de as eleições serem anuladas, o Paquistão Oriental explodiu em protestos, que foram seguidos de uma brutal repressão pelas tropas do Paquistão Ocidental.

As levas de refugiados muçulmanos, em torno de 10 milhões, que adentravam o território indiano e a inércia da comunidade internacional em tomar alguma providência na repressão que se desenrolava fizeram com que Nova Delhi intervisse no conflito derrotando as tropas do Paquistão Ocidental e libertando a agora independente Bangladesh (certamente a percepção de que a independência do Paquistão Oriental/Bangladesh iria enfraquecer Islamabad também entrou nos cálculos indianos para intervir no conflito). Até mesmo o cônsul estadunidense em Dhaka discordava da postura de seu país, ele enviou um telegrama a Washington no qual relatava as atrocidades e abusos cometidos pelo exército paquistanês e criticava a postura dos EUA, que apoiavam um regime que cometia tamanho abuso contra os Direitos Humanos. Sucessivos governos estadunidenses cooperaram com os diferentes

regimes ditatoriais no Paquistão, sem nenhum tipo de apreensão ou receio Washington buscou seus objetivos geopolíticos independente do regime que estivesse no poder em Islamabad. A derrota foi uma humilhação enorme para Islamabad e fez com que o governo do Paquistão considerasse seriamente pela primeira vez o desenvolvimento de armas nucleares (GANGULY; KAPUR, 2010: p. 14; SIDDIQA, 2007: p. 77).

A política de Kissinger e Nixon para o Sul da Ásia durante a crise de 1971 foi guiada pelo desprezo de Nixon pela Índia. Eles insistiram em observar os acontecimentos locais sob o prisma geopolítico do embate entre as superpotências e vieram a conceber os piores cenários possíveis para o desenrolar da crise, colocando em risco a *Détente* e a reaproximação sino-estadunidense, além de danificar a credibilidade dos EUA no mundo. Nada disso ocorreu e a crise se resolveu por si só, isto é, sem intervenção de nenhuma das superpotências. Esse foi o caso mais evidente da tendência de Kissinger e Nixon de ignorarem as realidades locais ao mesmo tempo em que acreditavam em fantasias geopolíticas (LOGEVALL; PRESTON, 2008: p. 266).

Foi Zulfikar Ali Bhutto quem popularizou o projeto nuclear de construir armas nucleares no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, especialmente por motivos eleitorais, pois esse discurso de que o Paquistão deveria possuir armas nucleares era muito popular, em especial entre a população do Punjab, a região mais populosa e importante do país. A vitória militar indiana em 1971 deixou patente a superioridade bélica do maior rival, de modo que o desenvolvimento de armas nucleares poderia ser a solução para contrabalançar a força militar indiana (REISS, LITWAL, 1994: p. 199; SHAIKH, 2002: p. 43; CORERA, 2006: p. 8).

Em 20 de janeiro de 1972, logo após assumir a presidência, Bhutto convocou os principais cientistas e lideranças militares para um encontro secreto, na qual a questão nuclear seria abordada. O encontro se deu em uma antiga mansão colonial em Multan. Nesse encontro, Bhutto asseverou que o Paquistão deveria recobrar sua honra após a derrota militar e a secessão de Bangladesh e a melhor maneira para tanto seria o desenvolvimento de um arsenal nuclear. Bhutto indagou aos cientistas quanto tempo seria necessário para o desenvolvimento de uma bomba; os cientistas responderam que levaria cinco anos. Durante o encontro Bhutto nomeou Munir Khan como diretor da PAEC. Nenhuma dissidência ou vacilação seria tolerada, estaria o Paquistão desde 1972 decidido a desenvolver um artefato nuclear? Fica claro que o governo Bhutto flertava com a ideia de desenvolver um arsenal nuclear.

Diante da derrota para a Índia no ano anterior ficara evidente que a ca-

pacidade bélica convencional paquistanesa não era páreo para a indiana. O horizonte de que a Índia despontasse como potência regional reconhecida internacionalmente era uma perspectiva difícil de ser aceita pelas lideranças paquistanesas. Nesse sentido, uma demonstração de poder nuclear era a melhor forma de contrabalancear a influência indiana. Ainda assim, o Estado Paquistão não dispunha dos meios científico-tecnológicos para desenvolver tal armamento – situação que só se modificaria na década seguinte.

Nesse momento não se deve exagerar na tese de uma “bomba islâmica”, a ideia de que o Paquistão desejaria essa tecnologia como um símbolo para o mundo muçulmano. Bhutto era um nacionalista que buscava a autonomia econômica e tecnológica de seu país e se perguntava por que apenas ao Ocidente seria permitido desenvolver esses armamentos. No encontro em Multan se ficou decidido pelo desenvolvimento de armas nucleares, para contrabalancear a superioridade bélica convencional da Índia. Entretanto o Paquistão era um país pobre e o desenvolvimento de um artefato nuclear custaria bilhões de dólares, de modo que Ali Bhutto embarcou em uma viagem pelo mundo islâmico em busca de apoio financeiro para sua empreitada.

O primeiro lugar que visitou foi à Líbia de Muammar Qaddafi, uma relação que iria ultrapassar o mandato de Bhutto e geraria muita controvérsia e críticas internacionalmente. Bhutto também visitou os países do Golfo Pérsico, ricos em petróleo. O Paquistão desfrutava de uma relação amigável com a China (devido, em grande medida, a rivalidade dos dois países com a Índia), Pequim fornecia armamentos e tecnologia ao Paquistão, além de ajuda econômica. Desse modo, a China também forneceu ajuda e suporte ao programa nuclear paquistanês, providenciando o suporte técnico no início dos anos 1970. Entretanto, um evento em 1974 colocaria ainda mais pressão sob o programa nuclear paquistanês. (CORERA, 2006: p. 9-13).

## 2. O Regime e o Conceito de Não Proliferação Nuclear

Em seis de agosto de 1945 os Estados Unidos lançaram uma bomba nuclear sobre a cidade japonesa de Hiroshima. Três dias depois lançaram outra sobre Nagasaki. Segundo a *Radiation Effects Research Foundation* (RERF), estima-se que as duas explosões mataram entre 90.000 e 166.000 pessoas

em Hiroshima e entre 60.000 e 80.000 pessoas em Nagasaki<sup>1</sup>. Subsequentemente, o Japão se rendeu depois da ordem de capitulação pelo Imperador em 15 de agosto de 1945. A capitulação japonesa marca o fim da Segunda Guerra Mundial. As ruínas de Hiroshima e Nagasaki anunciavam a nova era que a humanidade adentrava – a era atômica. Inicialmente apenas os Estados Unidos possuíam a tecnologia nuclear para a construção de bombas, mas posteriormente outros países vieram a desenvolver essa tecnologia. O potencial destrutivo dessa nova arma é inaudito na história humana e significa uma ameaça à própria continuidade da vida humana.

A União Soviética testou sua primeira bomba nuclear em 1949. O embate entre as duas superpotências da segunda metade do século XX ocorreu em diversos campos, mas o nuclear foi o principal – e mais aterrorizante de todos. Reino Unido, França, China, Israel, Índia e Paquistão construíram seus arsenais nucleares nas décadas seguintes dos primeiros testes estadunidenses e soviéticos. A visão de um mundo aonde paulatinamente mais países viessem a desenvolver bombas nucleares era real e cada vez mais preocupante. A história da proliferação nuclear não se confunde com a da Guerra Fria. O fato de países como Brasil, África do Sul, Paquistão, dentre outros, terem aventado construir armas nucleares demonstra que seus imperativos não eram meramente os da Guerra Fria ou da ameaça soviética – certamente havia outros motivos. A principal característica da não proliferação nuclear é que ela uniu os dois rivais, EUA e URSS, em um objetivo comum e sem dúvida foi um dos ímpetus para a *Détente*<sup>2</sup> (WESTAD; LEFFLER, 2010, p. 396-416).

Atualmente é consenso entre acadêmicos e *policymakers* que o problema da proliferação nuclear não pode ser resolvido por apenas um país: apenas um esforço coletivo é capaz de assegurar o regime de não proliferação. Todavia, os Estados Unidos sempre se viram como tendo um papel especial a desempenhar nesse campo das Relações Internacionais, afinal foram o primeiro país a desenvolver – e utilizar – armas atômicas (PERKOVICH et. al., 2007, p.5-53). Nos anos 1950 e 1960, quando havia um crescente número de

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www.ref.or.jp/general/qa\\_e/qa1.html](http://www.ref.or.jp/general/qa_e/qa1.html)> Acesso em 01/10/2015.

<sup>2</sup> O termo *Détente* foi usado primeiramente pelo presidente francês Charles De Gaulle (1890-1970) para designar a distensão política entre a URSS e a França, mas acabou sendo usado também para se referir ao relaxamento de tensões entre os EUA e a URSS nos anos 1970. Esse processo não foi sem tensões e desconfianças. Essa política de apaziguamento entre as superpotências foi o ímpeto para a criação de uma política de não proliferação abrangente. (LOGEVALL; PRESTON, 2008, p.13; MUNHOZ; ROLLO GOLÇALVES. in: TEIXEIRA DA SILVA et al., 2004, p. 217-218).

países que desenvolviam programas nucleares, o risco de que haveria uma multiplicação de países nuclearizados, isto é, países que possuíssem armas nucleares era real e alarmante. No início dos anos 1960, o presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy previa que até o final da década haveria entre 15 a 20 Estados que iriam possuir armas nucleares. Nesse período imaginava-se que o desenvolvimento de armas nucleares se daria em alguns países europeus como Alemanha Ocidental, Suécia e Itália, por exemplo, e não entre países do Terceiro Mundo. Desta conjuntura internacional, que preocupava principalmente países que eram potências nucleares, como os Estados Unidos, surgiu a iniciativa de um tratado que coibisse a proliferação nuclear no globo (LETTOW, 2010, p. 6-8).

A assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) por diversos países em 1968 representava o principal esforço multilateral estadunidense para conter a proliferação nuclear. Entretanto, países que há poucos anos haviam se descolonizado percebiam o TNP como um mecanismo para coibir sua soberania. Ao longo dos anos 1960 e 1970 foi-se desenvolvendo um regime internacional de não proliferação nuclear, que inclui tratados (sendo o TNP o principal deles), organizações (como a AIEA, a ONU, o NSG, dentre outros) e governos capazes de fiscalizar e implementar essas políticas. A partir da assinatura do TNP em 1968 é que o regime de não proliferação começou a tomar forma e a ser implementado (BRIGAGÃO, 2009, 93-95; KISSLING, 2008, p. 23-25). Esse tratado é atualmente amplamente aceito, paulatinamente diversos países assinaram o tratado (189 até hoje), mas ainda assim alguns países se recusam a participar do TNP (Israel, Paquistão, Índia e Coreia do Norte). O tratado funciona como um grande pacto, no qual os países que já possuem armas nucleares se comprometem em não transferir tal tecnologia, enquanto que os países que não possuem armas nucleares prometem não desenvolvê-las<sup>3</sup>.

Na perspectiva neorrealista, o regime de não proliferação é aceitável por que ele prevê a existência de hierarquia nuclear entre os países. Segundo Kenneth Waltz, dever-se-ia reconhecer a inevitabilidade da proliferação nuclear e desenvolver uma ordem internacional voltada para a adequação a essa realidade – com a proliferação de armas nucleares o mundo se tornaria mais estável. Na era nuclear o custo da guerra tornou-se insuportável, signi-

---

<sup>3</sup> Texto do Tratado disponível em: <<http://www.state.gov/www/global/arms/treaties/npt1.html>> Acesso em 14/10/2013.

ficando a destruição mútua; nesse sentido, o poder se torna algo latente que é utilizado na forma de ameaça (CIMBALA, 2005, p. 58-67).

Scott Sagan apresenta três modelos para explicar por que Estados desenvolvem armas nucleares. O primeiro é o modelo de segurança, pelo qual nações buscam armas nucleares para diminuir suas vulnerabilidades de defesa. O segundo, modelo de política doméstica, explica esse fenômeno com base em fatores internos, no qual as armas nucleares podem ser usadas como forma de fazer avançar interesses paroquiais ou de determinados grupos. Por fim, o modelo normativo, evidencia que nações desenvolvem armas nucleares como um símbolo da modernidade, status e avanço tecnológico. Ocorre que esses modelos se encontram presentes em todos os casos – são imbricados, mas um ou outro pode prevalecer sobre os demais (UTGOFF, 2000, p. 17-18). Evidentemente essas perspectivas são construções teóricas e abstratas que por vezes não se encaixam na realidade. O objetivo desse artigo não é discutir teorias, todavia não se pode perder de vista essas perspectivas.

### **3. O Teste Nuclear Indiano, a Decisão de Desenvolver a Bomba e o Papel de Abdul Qadeer Khan no Programa Nuclear Paquistanês.**

Na manhã de 18 de maio de 1974, no deserto do Rajasthan, a Índia testou sua primeira bomba nuclear em uma “explosão pacífica”. O teste causou perplexidade entre os paquistaneses aumentando o sentimento de fragilidade em relação a seu maior rival. Esse evento teve um impacto pessoal em um cientista paquistanês que acompanhava o desenrolar dos acontecimentos na Holanda, Abdul Qadeer Khan (1936-). Khan nasceu em 1936 na cidade de Bhopal (hoje pertencente à Índia), após a “partição” a sua família imigrou para o Paquistão em 1947. Em 1956 graduou-se em matemática e metalurgia pela Universidade de Karachi e subsequentemente foi para a Europa para se aperfeiçoar na sua profissão.

Em 1961 Khan foi para a Universidade Técnica de Berlim completar seus estudos. Em 1967 Khan foi convidado a trabalhar na Holanda. As notícias da derrota de seu país na guerra em 1971 o abalaram profundamente, pois resguardava um intenso ódio contra a Índia, não apenas pela rivalidade com seu país, mas também por sua experiência pessoal durante a “partição”, quando foi forçado a abandonar sua cidade natal. No mesmo ano completou seu doutorado em metalurgia na Bélgica e foi convidado para trabalhar

(curiosamente como tradutor, pois dominava inglês, alemão e holandês) em uma planta nuclear que estava sendo construída em Almelo pelo consórcio nuclear europeu URENCO. Lá ele tinha acesso irrestrito a documentos secretos sobre o funcionamento das centrífugas a gás (CORERA, 2006: p. 4-7).

Com o teste nuclear indiano em 1974, Khan ficou ainda mais indignado com a situação de fragilidade de seu país e esperava poder ajudá-lo de alguma forma (até 1974 Khan não sabia do encontro em Multan e de que Bhutto aspirava desenvolver armas nucleares). Logo após o teste indiano, Khan começou a entrar em contato com autoridades paquistanesas oferecendo ajuda ao programa nuclear paquistanês por meio do know-how que ele vinha adquirindo em Almelo. Khan chegou a escrever para o Primeiro-Ministro, que ordenou ao ISI<sup>4</sup> que o investigasse. O relatório do serviço secreto não foi favorável a Khan, ainda que não tenham descoberto nada que o incriminasse, não consideravam que sua formação profissional poderia contribuir ao programa nuclear paquistanês.

Ainda assim, Bhutto enviou um grupo de cientistas do PAEC para que se encontrassem pessoalmente com Khan na Europa, após o retorno dos cientistas ao Paquistão, Bhutto decidiu que se encontraria com Khan. Khan viajou para o Paquistão em dezembro de 1974. Eles dois se encontraram secretamente e Khan explicou para Bhutto as vantagens do enriquecimento de urânio para o desenvolvimento de armas nucleares por oposição ao plutônio, que era visto como a forma mais viável para o uso em ogivas nucleares. Para Khan, o plutônio seria o meio mais demorado para o desenvolvimento de ogivas nucleares. Naquele momento, o Paquistão estava negociando um acordo com a França para a transferência de uma planta de reprocessamento, Khan desacreditava esse acordo, pois estaria sujeito a salvaguardas da AIEA e despertaria muito alarde internacionalmente, especialmente após a explosão indiana. Bhutto ficou impressionado com a proposta de Khan (LEVY; SCOTT-CLARK, 2007: p 28-47).

Após esse encontro Khan retornou a Holanda para continuar a trabalhar em Almelo e continuar a copiar documentos secretos sobre o enriquecimento

---

<sup>4</sup> O *Inter-Services Intelligence* (ISI) é o principal serviço de inteligência paquistanês, ele foi criado em 1948 após a primeira guerra entre Índia e Paquistão. O ISI foi estruturado com membros de todos os braços das forças armadas paquistanesas, sua atuação se tornou famosa ao apoiar os *mujahideens* em sua luta contra os soviéticos no Afeganistão durante os anos 1980. O ISI coordena os órgãos de espionagem e desfruta de enorme poder e influência dentro das forças armadas e da política paquistanesa em geral até os dias de hoje.

de urânio. Os anos que Khan passou na planta nuclear em Almelo foram fundamentais para o *know-how* que ele adquiriu e que colocou em prática no Paquistão. A grande polêmica em torno disso foi como um estrangeiro pode ter acesso irrestrito a informações secretas durante tanto tempo, sem que ninguém notasse ou desse a devida importância. No final de 1975, Khan deixou a Holanda sem dar maiores explicações em Almelo dos motivos de sua saída. Levou consigo sua família e os inúmeros documentos que copiou secretamente.

A inserção de Khan no programa nuclear paquistanês foi atípica, ele seria praticamente independente da PAEC, chefiada por Munir Khan. Em julho de 1976 Khan teve autorização para construir sua própria planta de enriquecimento, a *Engineering Research Laboratories* (ERL), que recebeu o codinome de Projeto 706. Para levar o projeto adiante Khan estabeleceu seu laboratório em Kahuta, próximo de Islamabad. No início o ERL sofreu vários revezes e dependia basicamente da tecnologia roubada por Khan em Almelo. Mesmo assim, o enriquecimento de urânio se tornaria possível a partir de 1978 (LEVY; SCOTT-CLARK, 2007: p 52). Khan, diferentemente de outras autoridades paquistanesas, desacreditava acordos internacionais para a importação de componentes e tecnologia nuclear (como estava sendo tentado com a França), pois sabia das implicações políticas e do arroubo internacional que provocariam. Khan esperava poder enriquecer urânio importando separadamente as peças e componentes necessários para tal, sem despertar muito alarde internacional.

No outono de 1976, Khan retornou a Europa para importar os componentes necessários para seu reator P-1, utilizando os contatos que dispunha e visitando vários países. Foi nesse momento que a “Rede Khan” começou a surgir e tomar forma. Esses movimentos internacionais de importação de componentes e peças para plantas nucleares não despertava muita preocupação na época, mas até o final dos anos 1970 se tornaria um dos temas mais sensíveis da agenda internacional. Khan e seu projeto 706 demoraram a engrenar, mas ao final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 sua contribuição para o programa nuclear paquistanês e o desenvolvimento de bombas atômicas foi fundamental (LEVY; SCOTT-CLARK, 2007: p 57-66).

O primeiro choque do petróleo em 1973 fez com que muitos países do Terceiro Mundo, dependentes de petróleo viessem a buscar na opção nuclear uma alternativa para a dependência de combustíveis fósseis. Não foi esse o motivo para o desenvolvimento do programa nuclear paquistanês, mas ele vinha a se somar a um número cada vez maior de países que buscavam

acordos com nações desenvolvidas para a transferência de tecnologia nuclear. Apenas no final dos anos 1970 a CIA começou a ter a real dimensão das intenções nucleares paquistanesas. A não proliferação nuclear não foi um dos temas mais importantes na Política Externa no início do governo Ford e o programa nuclear paquistanês não despertava muitas preocupações em Washington.

O Plutônio foi a primeira opção de Islamabad para o desenvolvimento de seu programa nuclear e de armas nucleares. Um reator nucleares já estava em funcionamento em Karachi desde 1972 e com uma planta de reprocessamento<sup>5</sup> seria poderia ser capaz de desenvolver de 15 a 20 ogivas. Um contrato foi assinado em março de 1973 com uma firma francesa para a venda dessa tecnologia, mas o teste nuclear indiano em 1974 viria a complicar a implementação desse contrato. Washington considerava que uma bomba de plutônio era a opção primeira da maioria dos países que desejassem desenvolver armas nucleares e se opunha veementemente contra acordo que transferissem esse tipo de tecnologia. Mesmo quando, no caso do programa nuclear paquistanês, a bomba de plutônio já não era a principal opção, Washington continuava a acreditar ser o reprocessamento nuclear e o plutônio, o principal risco a proliferação nuclear.

Após o teste indiano, ficou claro que o regime de não proliferação deveria ser reformulado de modo a tentar coibir a exportação de tecnologias chamadas sensíveis, isto é, aquelas que poderiam ser utilizadas para a construção de armas nucleares. O Clube de Londres, posteriormente chamado de *Nuclear Suppliers Group* (NSG), foi fundado para essa finalidade. O NSG foi fundado exatamente em 1974 como resposta ao teste indiano, quatro anos após sua fundação o NSG publicou a *Trigger List*, formulada pelo Comitê Zangger<sup>6</sup>, que especificava quais equipamentos e peças seriam proibidas para a exportação. O objetivo era evitar uma espiral em que essa tecnologia fosse transferida de país para país chegando ao ponto de não poder mais ser controlada. Ocorreu que o acordo assinado entre França e Paquistão ficava

<sup>5</sup> O reprocessamento nuclear se dá pelo reprocessamento do urânio enriquecido, que após esse processo se transforma em plutônio. Originalmente esse processo servia apenas para o desenvolvimento de armas nucleares (as primeiras bombas nucleares produzidas pelos EUA eram desse tipo).

<sup>6</sup> O comitê chefiado pelo professor Claude Zangger se reuniu diversas vezes em Viena entre 1971 e 1974 para definir quais eram as peças e componentes nucleares que poderiam ser utilizados para a construção de armas atômicas. O Comitê existe até hoje e mantém reuniões periódicas para atualizar a lista de materiais sensíveis.

em uma situação irregular diante dessa lista. (DIEHL; MOLTZ, 2008: p. 18; CORERA, 2006: p. 19-21).

O acordo entre os dois países para a construção de uma planta de reprocessamento em Chashma só foi assinado em Março de 1976 (ainda que posteriormente não viesse a ser implantado), mas as discussões desse acordo vinham desde pelo menos 1973. O acordo foi criticado pelos EUA, pois se desconfiava das intenções de Bhutto em construir armas nucleares, além do que o acordo não estava plenamente salvaguardado pela AIEA. Washington pressionava tanto Islamabad, mas principalmente Paris para que o acordo fosse cancelado ou modificado.

Portanto, quais motivos podem resumir como os principais fatores que levaram o Paquistão a desejar desenvolver um arsenal nuclear? Poderíamos elencar vários, mas vamos nos ater a apenas três motivos principais, sendo que sua ordem não reflete um grau maior de importância, todos têm o mesmo peso. Em primeiro lugar deve-se considerar a humilhação nacional que passava o Paquistão no começo dos anos 1970, a queda de Dhaka em 1971 e a derrota para a Índia, seguido do teste nuclear indiano em 1974, demonstravam a fragilidade paquistanesa e a superioridade indiana no subcontinente.

O segundo fator seria o isolamento internacional do Paquistão, a aliança com os EUA não se mostrou determinante na guerra de 1965 e novamente em 1971, de que valeria essa aliança se o Paquistão não conseguisse derrotar ou ao menos conter seu maior rival. Da mesma forma, a parceria com a China não traduziu em apoio material e bélico nas guerras contra a Índia. Assim, Islamabad percebia que não poderia contar com apoio nenhum para enfrentar seu maior rival, ao passo que a Índia recebia apoio e ajuda econômica da URSS. A percepção de isolamento contribuía para vislumbrar a opção nuclear como a melhor defesa.

O terceiro fator foi o sentimento de identidade nacional, que por sua vez está relacionado com a identidade islâmica do país. A bomba nuclear paquistanesa foi a primeira do mundo muçulmano, o que poderia significar não apenas orgulho para todos os muçulmanos, mas sugeria certa liderança do mundo islâmico pelo Paquistão – ao menos era o que alguns paquistaneses acreditavam. Além do que em um país dividido entre o religioso e o secular, a bomba nuclear era um tema de consenso nacional (KHAN, 2012: p. 7-11).

Quando se analisa a relação do governo Ford com o Paquistão não se pode esquecer que o país muçulmano era um aliado importante dos EUA no Sul da Ásia e que qualquer pressão sob o governo paquistanês no que concerne a seu programa nuclear deve ser entendida levando em conta essa

conjuntura. Henry Kissinger imprimia sua marca na Política Externa estadunidense daquele momento e foi um dos personagens centrais nas relações com o Paquistão. Deve-se salientar que entre 1974 e 1977 o programa nuclear paquistanês estava engatinhando ainda.

O acordo nuclear França-Paquistão se tornou um tema importante para o governo Ford na medida em que a opinião pública estadunidense e do Congresso pressionaram para que o Executivo tomasse medidas mais rígidas e sérias para conter a proliferação nuclear – pode-se dizer que o Executivo estava de mãos atadas, pois quem tomou a dianteira nesse assunto foi o Congresso. Destarte, pretende-se analisar como o governo Ford lidou com essa situação delicada.

#### **4. Ford, Kissinger e Bhutto: as Relações EUA-Paquistão entre 1974-1977 e o Dilema da Não Proliferação Nuclear.**

Antes de abordarmos o governo Ford, devemos considerar como o Paquistão reagiu ao TNP. Tanto a Índia quanto o Paquistão se recusaram a assinar o TNP. O Ministro das Relações Exteriores da Índia a época Jaswant Singh classificou o TNP como um “Apartheid Nuclear”. O Paquistão seguia a mesma linha de argumentação e afirmou que não assinaria o TNP enquanto a Índia não o fizesse.

Essa oposição dos dois países ao TNP – que dura até hoje – tem raízes históricas. Índia e Paquistão foram colônias da Inglaterra por séculos e apenas recentemente haviam adquirido sua independência, renegar ao direito soberano de desenvolver armas nucleares (visto como importante para a defesa dos dois países, principalmente para a Índia, afinal a China já possuía essa tecnologia) era uma ideia inaceitável para seus líderes. Eles acreditavam que os esforços do Ocidente em prevenir/proibir que outros países viessem a desenvolver armas nucleares, enquanto eles possuíam seu próprio arsenal, era uma injustiça intolerável (GANGULY; KAPUR, 2010: p. 18). Os dois países do Sul da Ásia não eram os únicos a encararem o TNP desse modo, vários outros países do Terceiro Mundo receberam com ceticismo e até rejeição a proposta do TNP.

Assim que Gerald Ford assumiu o governo após a renúncia de Nixon em agosto de 1974, o novo presidente teve de lidar com o problema da proliferação nuclear. O teste nuclear indiano, meses antes, indicava que o Paquistão era um próximo candidato a tentar desenvolver armas nucleares. Nesse mo-

mento se viu surgir o movimento contra, não apenas, a proliferação nuclear, mas contra a energia nuclear em si. Vista como sendo algo que poderia ser perigoso à sobrevivência humana. Esse movimento se sustentava juntamente com o movimento ambientalista, que também florescia nos anos 1970.

O embargo do petróleo, fez com que a energia nuclear se tornasse premente como forma de contrabalançar a dependência em combustíveis fósseis. Assim se desenvolveu um intenso debate na sociedade estadunidense sobre os usos da energia nuclear, bem como a ameaça da proliferação nuclear tornando qualquer ameaça de guerra uma ameaça à vida na terra. O governo Ford teve de lidar com uma pressão crescente de setores da sociedade estadunidense que exigiam uma Política Externa que combatesse a proliferação nuclear. Essa pressão social transbordava para o Congresso daquele país, que também exigia ações mais assertivas do executivo nesse sentido. Posteriormente Jimmy Carter seria eleito em 1976 prometendo agir para que outros países não desenvolvessem armas nucleares. (BRENNER, 1981: p. 89).

O governo paquistanês reagiu inicialmente com cautela a explosão nuclear indiana, indicando que tal teste por parte da Índia não vinha como surpresa, tendo em vista que Islamabad alertava há anos sobre as intenções de Nova Délhi de desenvolver armas nucleares<sup>7</sup>. Os comentários paquistaneses refletiam certa crítica ao Ocidente por sua omissão em tomar qualquer atitude que prevenisse a Índia de desenvolver armas nucleares, para não dizer condescendência com o programa nuclear indiano. Logo após o teste nuclear indiano, o programa nuclear paquistanês não causava muita preocupação para o governo estadunidense, pois o mesmo avaliava que Islamabad estava longe de possuir tecnologia para desenvolver armas nucleares.

Bhutto discursou que seu país não iria aceitar a hegemonia indiana no subcontinente nem iria se render a “chantagem nuclear”. Ele afirmou que o Paquistão não iria buscar desenvolver armas nucleares, mas iria continuar com um programa nuclear coerente. O Primeiro-Ministro paquistanês proclamou também a necessidade do Conselho de Segurança da ONU fornecer

---

<sup>7</sup> “Nós repetidamente alertamos há mais de uma década as Nações Unidas, particularmente as potências nucleares, e a comunidade internacional de que a Índia tinha um ambicioso programa nuclear, colimando desenvolver armas nucleares [...] (tradução livre)”. Embaixada de Islamabad para Departamento de Estado, 19 Mai 1974, NARA, 1974ISLAMA04833. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=84085&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 21/05/2014.

um “guarda-chuva”<sup>8</sup> nuclear aos países ameaçados por ataques nucleares. Bhutto destacou como seu país havia alertado a comunidade internacional sobre a venda de um reator nuclear canadense para a Índia, que foi um fator importante para o desenvolvimento da bomba indiana<sup>9</sup>.

O Departamento de Estado alertava que o Paquistão, após o teste nuclear indiano, iria demandar mais equipamentos militares dos EUA e de maior qualidade e tecnologia; previa também que as relações poderiam ficar desgastadas por conta disso, na medida em que Washington se recusar a ceder às pressões de Islamabad<sup>10</sup>. O Paquistão tentava compensar sua vulnerabilidade frente à Índia por meio do fortalecimento das relações com os EUA, como forma de importar equipamentos militares para ampliar sua capacidade bélica convencional. A dirigente indiana, Indira Gandhi, por sua vez tentava assegurar a Bhutto de que a explosão nuclear de seu país não representava uma ameaça ao Paquistão e que a Índia iria continuar buscando a normalização das relações entre as duas nações. O Secretário de Estado, Kissinger, demonstrava sua indignação com o fato de a URSS estar armando a Índia e os EUA não poderem fornecer armas ao Paquistão, seu aliado na região. Nixon parecia determinado a reverter essa situação e revogar a sanção contra venda de armas ao sul da Ásia, mas para isso necessitaria de apoio no Congresso<sup>11</sup>.

Bhutto afirmava que não desejava desenvolver armas nucleares, pois isso iria sacrificar o desenvolvimento econômico de seu país. O governo paquistanês entendia que a Índia estava tentando impor uma espécie de Doutrina Monroe no sul da Ásia. As garantias indianas não eram suficientes e se a Índia desejava construir uma relação amiga entre os dois países teriam de colocar suas instalações nucleares sob a inspeção da AIEA e o Paquistão deveria receber garantias de terceiros contra um ataque nuclear.

<sup>8</sup> O termo refere-se à garantia de um Estado com capacidade nuclear de defender um terceiro sem essa capacidade. Alguns países pleiteavam essa garantia como alternativa para que não desenvolvessem armas nucleares. Disponível em: <<http://www.bits.de/public/researchnote/rn97-2.htm>> Acesso em 19/07/2014.

<sup>9</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Jerusalém, 20 Mai 1974, NARA, 1974STATE105396. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=74637&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 22/05/2014.

<sup>10</sup> Departamento de Estado para AEIA em Viena, 23 Mai 1974, NARA, 1974STATE108247. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=82141&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 22/05/2014.

<sup>11</sup> National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 1029, Presidential/HAK Memoranda of Conversations, June 1974-8 August 1974. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve08/d166>> Acesso em 09/06/2014.

*O Paquistão fará o máximo para resistir às pressões para seguir a opção nuclear. Mas essas pressões vão aumentar se não houver nenhuma garantia política contra a chantagem nuclear. As garantias oferecidas pelo Conselho de Segurança [da ONU] para os países não nucleares são incertas e ambíguas e não podem operativamente prevenir a possibilidade de ameaças e chantagens nucleares. O mesmo é verdadeiro para as declarações estadunidenses e soviéticas de juntamente agirem para prevenir uma guerra nuclear (tradução livre)<sup>12</sup>.*

Assim, o Primeiro-Ministro paquistanês ao escrever para Nixon, demonstrava ceticismo com as intenções estadunidenses e soviéticas de prevenir a proliferação de armas nucleares. Da mesma maneira, aponta que o Paquistão não deseja desenvolver armas nucleares, mas pode ser compelido a fazê-lo devido à inação dos Estados Unidos a respeito da transgressão indiana. Durante a visita do Ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Ahmed Aziz, aos EUA, foi confirmado ao ministro que Washington continuaria a apoiar a integridade territorial e soberania do Paquistão<sup>13</sup>.

Munir Khan, que presidia a PAEC, afirmava que as armas nucleares devem continuar proliferando, em especial no Brasil, Argentina, Irã, dentre outros países que devem em breve desenvolver armas nucleares. Khan descartou qualquer possibilidade de o Paquistão aderir ao TNP, mas não descartou que seu país poderia aderir a algum tipo de Zona Livre de Armas Nucleares<sup>14</sup>. Nesse momento, o Paquistão tinha interesse em propor uma zona livre de armas nucleares no subcontinente como uma forma de pressionar a Índia e seu programa nuclear, pois Islamabad sabia que a Índia não iria aceitar esse tipo de proposta. Desse modo, percebemos como a reação paquistanesa ao teste nuclear indiana tentava escamotear a fragilidade e desconforto – para não dizer desespero – de Islamabad frente ao novo status de seu maior rival.

O Paquistão buscava construir uma planta de reprocessamento de urânio por meio de um contrato com outro país que pudesse fornecer esse tipo

<sup>12</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Tel Aviv, 25 Mai 1974, NARA, 1974STATE110646. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=82352&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 22/05/2014.

<sup>13</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Ottawa, 17 Jun 1974, NARA, 1974STATE126236. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=98536&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 22/05/2014.

<sup>14</sup> AIEA Viena para o Departamento de Estado, 25 Jun 1974, NARA, 1974AIEAV05646. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=99165&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 23/05/2014.

de tecnologia. Após a explosão indiana a perspectiva de Islamabad pudesse construir uma instalação desse tipo causava alarde internacional. Pairava a suspeita de que o Paquistão buscava desenvolver uma bomba de plutônio por meio dessa planta de reprocessamento. Os canadenses acreditavam que a planta de reprocessamento que o Paquistão queria adquirir deveria ser desencorajada. Os EUA, por sua vez, esperavam encorajar projetos de plantas de reprocessamento multinacionais<sup>15</sup>.

*Notando que a Índia demonstrou sua capacidade nuclear no recente teste e que o objetivo fundamental dos EUA agora deve ser impedir que a Índia construa um arsenal nuclear. Caso o Paquistão embarque em um programa para o desenvolvimento de capacidade nuclear com fins bélicos, isso daria a Índia a motivação para desenvolver um arsenal nuclear. Na verdade, a adesão do Paquistão ao TNP poderia alinhar as simpatias do mundo com Islamabad (tradução livre)<sup>16</sup>.*

Dessa maneira, Munir Khan, presidente da PAEC, afirmava que aderir ao TNP poderia ser favorável ao Paquistão, alinhando a simpatia do mundo em favor do país islâmico. Temia-se que se o Paquistão desenvolvesse uma bomba nuclear a Índia certamente começaria a aumentar seu arsenal dessas armas, o que desencadearia uma corrida armamentista na região<sup>17</sup>. No final de 1974, Bhutto declarava publicamente que o Paquistão já dispunha dos meios para produzir uma arma nuclear e que se a Índia não parasse de insistir no embargo de armas estadunidense ao Paquistão, enquanto recebia seus armamentos da URSS, seu governo teria de seguir o caminho nuclear. Essa ameaça de Bhutto era entendida como uma forma de pressionar os EUA a retirarem o embargo de armas contra o Sul da Ásia, que prejudicava primeiramente o Paquistão<sup>18</sup>. O que Bhutto queria dizer era que o Paquistão poderia desenvolver armas nucleares se seu ele não conseguisse adquirir as

<sup>15</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Colombo, 05 Ago 1974, NARA, 1974STATE165606. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=130884&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 23/05/2014.

<sup>16</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Nova Delhi, 30 Set 1974, NARA, 1974STAE215088. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=149722&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 23/05/2014.

<sup>17</sup> AIEA Vienna para o Departamento de Estado, 26 Set 1974, NARA, 1974IAEAV08280. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=149978&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 23/05/2014.

<sup>18</sup> Embaixada de Londres para o Departamento de Estado, 06 Dez 1974, NARA, 1974LONDON15961. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=194454&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 23/05/2014.

armas convencionais necessárias para sua defesa.

Nos primeiros meses após a explosão indiana a posição paquistanesa foi de negar qualquer intenção de construir armas nucleares, todavia ao final daquele ano o Primeiro-ministro paquistanês já ameaçava de desenvolver armas nucleares se os EUA não revogassem o embargo de armas contra o Sul da Ásia. A intenção paquistanesa de construir reatores e plantas de reprocessamento chamava a atenção não apenas das empresas europeias, mas a Westinghouse também estava interessada.

*A Westinghouse está interessada nesse projeto e está planejando enviar seus representantes ao Paquistão durante janeiro de 1975 para se encontrarem com membros da PAEC. A Westinghouse entende que o governo paquistanês está desejando um reator nuclear de 600 MW, com a opção de opção de outro reator do mesmo porte num futuro próximo. A Westinghouse fará contatos e arranjos diretamente com a PAEC.*

*A Westinghouse está ciente da presença de representantes da KWU no Paquistão e esta preocupada com um relatório de que a empresa alemã está recebendo apoio de seu governo. Especificamente, a Westinghouse soube que a RFA ofereceu ao Paquistão uma pesquisa sobre energia nuclear. Da mesma forma, a Westinghouse informa que o governo paquistanês recebeu uma linha de crédito de 250 milhões de marcos alemães (tradução livre)<sup>19</sup>.*

A Westinghouse estaria interessada no projeto de construir um reator no Paquistão mesmo que isso implicasse em auxiliar o Paquistão em desenvolver armas nucleares? Certamente que sim, afinal representaria uma ótima oportunidade de negócios. Os EUA haviam incentivado o projeto da GE em construir reatores na África do Sul, ainda que no final da licitação a empresa estadunidense não foi a vencedora. Como seria a atitude estadunidense com o Paquistão? Iriam incentivar a Westinghouse em construir um reator no país asiático, mesmo diante da possibilidade de o Paquistão almejar desenvolver armas nucleares? O governo Ford não desejava que o Paquistão desenvolvesse armas nucleares, como veremos mais adiante, mas considerava que deveria dar suporte a Westinghouse.

O Paquistão continuou pressionando para que os EUA cancelassem o embargo de armas ao sul asiático, Bhutto afirmava que o Paquistão desejava apenas armas defensivas como sistemas antitanques e antiaéreos. O Secre-

---

<sup>19</sup> Departamento de Estado para embaixada em Islamabad, 24 Dez 1974, NARA, 1974STATE280958. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=288249&dt=2474&dl=1345>> Acesso em 23/05/2014.

tário de Defesa Schlesinger e o Vice-Presidente Rockefeller se mostravam favoráveis ao cancelamento desse embargo que já durava dez anos; talvez da esperança de que essa medida pudesse afastar o Paquistão do caminho nuclear e manter a aliança com Washington<sup>20</sup>. Como reação, alguns políticos indianos ameaçam que seu país iria desenvolver um arsenal nuclear se os EUA comesçassem a vender armas ao Paquistão. O embaixador estadunidense em Nova Délhi sugere que o fato de a Índia ter desenvolvido armas nucleares em primeiro lugar podia estar relacionado com a venda de armas estadunidenses ao Paquistão ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960<sup>21</sup>.

No início de 1975 o Paquistão estava próximo de escolher qual empresa deveria construir o reator em Chashma. Munir Khan negou que seu país estivesse próximo de uma decisão a respeito de quem deveria construir o reator nuclear em Chashma, afirmou ainda que o equipamento estadunidense é de boa qualidade e que facilitaria a proposta estadunidense se o EXIM Bank dos Estados Unidos financiasse a proposta da Westinghouse. Havia boatos que de os paquistaneses em breve anunciariam que haviam fechado um contrato com a França. Os EUA não demonstram a preocupação de que tal reator poderia servir para fins bélicos, parecem mais interessados em quem deveria assinar o contrato com o Paquistão, esperando que a empresa estadunidense pudesse sair vencedora<sup>22</sup>.

Concomitantemente a essas negociações os EUA se comprometiam a fornecer combustível nuclear ao Paquistão, mas o mesmo deveria estar salvaguardado pela AIEA. Os paquistaneses esperavam a aprovação de Washington e a chancela da AIEA para a transferência de 5.800 kg de urânio enriquecido<sup>23</sup>. Assim os EUA, mesmo após o teste indiano continuaram a fornecer combustível nuclear ao Paquistão e a demonstrar interesse para que uma empresa estadunidense construísse um reator nuclear naquele país. Isso

<sup>20</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 08 Feb 1975, NARA, 1975IS-LAMA01220. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=24174&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 09/06/2014.

<sup>21</sup> Embaixada em Nova Délhi para Departamento de Estado, 13 Feb 1975, NARA, 1975NEW-DE02084. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=33928&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 10/06/2014.

<sup>22</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 09 Abr 1975, NARA, 1975ISLA-MA03122. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=61792&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 10/06/2014.

<sup>23</sup> Departamento de Estado para AIEA Vienna, 23 Abr 1975, NARA, 1975STATE092963. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=55365&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 12/06/2014.

ocorria em um momento em que o Paquistão não participou da Conferência de revisão do TNP em 1975 e havia retirado sua candidatura como Estado Observador daquele tratado. Certamente essa não pode ser vista como uma conduta de um país que está preocupado com a possibilidade de o Paquistão desenvolver armas nucleares. Nesse sentido o governo Ford seguia a mesma linha de ação do governo Nixon. Parece que os efeitos da explosão indiana não foram imediatos e que levaria alguns anos e uma crescente pressão pública e do Congresso – bem como outro presidente – para que Washington assumisse uma postura militante contra a proliferação nuclear.

O Paquistão estaria disposto a colocar todas as suas instalações nucleares sob as salvaguardas da AIEA, mas não assinaria o TNP se a Índia não fizesse o mesmo. A GE e a Westinghouse estavam em contato com autoridades paquistanesas sobre possíveis contratos nucleares, da mesma forma como o EXIM Bank. O Paquistão esperava o desenrolar das negociações entre EUA e Irã sobre a transferência de um reator de água leve para que pudesse fazer o mesmo negócio com os EUA; o que o Paquistão não queria era ser o primeiro país da região a fechar um acordo desse tipo, possivelmente pelo receio de qual seria a reação indiana. Munir Khan criticava a postura do Congresso estadunidense sobre a exportação de tecnologias e equipamentos nucleares, que segundo ele, fazia com que países que desejassem esse tipo de tecnologia buscassem seus próprios meios e em outros países a tecnologia necessária para essa empreitada<sup>24</sup>. Nessa outra passagem do mesmo documento podemos perceber como a independência energética também era um fator que impulsionava o Paquistão para o desenvolvimento de energia nuclear:

*Khan enfatizou que o Paquistão estava determinado em conquistar sua independência energética e não estava disposto de depender apenas do petróleo, incluindo o que era fornecido por países do Oriente Médio. O Programa nuclear é um importante elemento para a política de diversificação da matriz energética e o Paquistão gostaria de instalar as unidades nucleares mais viáveis economicamente sem consideração pelo tipo de combustível necessário, desde que garantias razoáveis de segurança e fornecimento fossem obtidas (tradução livre)*<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Embaixada em Bonn para Departamento de Estado, 16 Jun 1975, NARA, 1975BONN095944. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=110182&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 12/06/2014.

<sup>25</sup> Embaixada em Bonn para Departamento de Estado, 16 Jun 1975, NARA, 1975BONN095944.

O Paquistão estava realmente interessado no financiamento que o EXIM Bank poderia fornecer para o projeto em Chashma, o governo paquistanês cogitava interceder diretamente ao Banco ao invés de buscar o financiamento da OPEP. Havia naquele momento seis empresas estadunidenses interessadas em participar da construção do reator nuclear. Munir Khan aventava a possibilidade de o reator em Chashma estar sob as salvaguardas da AIEA, desde que os EUA não pressionassem o Paquistão para que assinasse o TNP. Os paquistaneses estavam cientes do alvoroço que seu programa nuclear poderia causar na opinião pública e no legislativo estadunidense, por isso procuravam manter um perfil discreto ao cogitar que empresas dos Estados Unidos poderiam construir/financiar o reator em Chashma<sup>26</sup>.

Outros países estavam disputando o projeto em Chashma e os Estados Unidos não eram o único desses países a demonstrar receio sobre as intenções paquistanesas e exigir salvaguardas rigorosas para aquele reator. Washington não pressionava apenas Islamabad nesse sentido, mas também os outros países que desejassem exportar tecnologia e componentes nucleares para que o fizessem com salvaguardas. O presidente francês, Giscard d'Estaing, concordou com o governo estadunidense de que deveria tornar mais rígidas as condições e salvaguardas para a possível construção de um reator no Paquistão. Tal postura não agradou aos paquistaneses que pressionaram a França para terem condições mais brandas e flexíveis nesse contrato; como resultado as negociações ficaram suspensas por certo tempo. O Paquistão não estava tendo problemas apenas com a França nesse respeito, mas também com o Canadá, devido a três acordos anteriores<sup>27</sup>.

Para fundamentar sua exigência de salvaguardas mais brandas, os paquistaneses citavam o caso do Acordo Nuclear Brasil-RFA, que transcorria no mesmo momento e no qual Bonn não estava fazendo as mesmas exigências rigorosas ao Brasil. Os EUA insistiam que o Paquistão devesse aceitar as salvaguardas da AIEA e que a não proliferação era uma das principais preocupações estadunidenses sobre o programa nuclear paquistanês. Os

---

Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=110182&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 12/06/2014.

<sup>26</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 11 Ago 1975, NARA, 1975ISLA-MA07320. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=299867&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 13/06/2014.

<sup>27</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 05 Set 1975, NARA, 1975ISLA-MA08212. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=166903&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 13/06/2014.

franceses, por sua vez, estavam determinados a vender o reator nuclear para o Paquistão, desde que Islamabad aceitasse as salvaguardas necessárias, caso contrário o acordo não seria completado. Munir Khan concordou que as instalações nucleares do Paquistão deveriam estar salvaguardadas, mas afirmou que a Índia deveria fazer o mesmo. Khan voltava a afirmar que o interesse nuclear paquistanês era meramente econômico para o fornecimento de energia e que seu país não iria desenvolver armas nucleares<sup>28</sup>.

O governo paquistanês estava interessado em adquirir combustível nuclear sem as salvaguardas, para tanto abordaram ao governo da RFA afirmando que os EUA estavam dispostos a fornecer esse combustível sem salvaguardas; a RFA entrou em contato com a embaixada estadunidense para confirmar a informação, que foi negada<sup>29</sup>. Os franceses não mudaram sua posição de exigirem salvaguardas rígidas para qualquer contrato nuclear com o Paquistão, enquanto os paquistaneses esperavam um contrato onde essas salvaguardas seriam inexistentes ou ao menos mais brandas<sup>30</sup>. Com a recusa francesa em fornecer tecnologia e componentes nucleares sem salvaguardas, os paquistaneses se voltaram para a Alemanha Ocidental em busca de um acordo favorável. Bonn também não estava disposta a firmar um acordo com Islamabad sem as devidas salvaguardas.

Essa situação causou um impasse nas negociações entre os dois países nesse campo e demonstra como a preocupação com a não proliferação não era uma exclusividade estadunidense. Enquanto as empresas desses países estavam dispostas a vender tecnologia e componentes nucleares independentemente dos riscos que isso implicaria; os governos, por sua vez, adotavam uma postura mais cautelosa, cômicos dos problemas que poderiam causar.

O Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Joseph Sisco, se reuniu em fevereiro de 1976 com o embaixador paquistanês nos EUA, Sahabzana Yakub-Khan, para alertar o Paquistão sobre a tentativa de comprar

<sup>28</sup> AIEA Vienna para Departamento de Estado, 25 Set 1975, NARA, 1975IAEAV08191. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=167658&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 14/06/2014.

<sup>29</sup> Embaixada em Bonn para Departamento de Estado, 09 Out 1975, NARA, 1975BONN16600. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=186299&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 15/06/2014.

<sup>30</sup> Embaixada em Bonn para Departamento de Estado, 25 Nov 1975, NARA, 1975BONN19209. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=167658&dt=2476&dl=1345>> Acesso em 15/06/2014.

uma planta de reprocessamento da França ou da RFA. Sisco apontava para a crescente pressão interna que o governo Ford vinha sofrendo na questão de proliferação nuclear e que se o governo não tomasse alguma atitude a respeito isso poderia causar sérios problemas nas relações entre os dois países. O Embaixador concordou e afirmou que iria entrar em contato com seu governo, concomitantemente afirmou que o Paquistão não tinha intenções de desenvolver armas nucleares<sup>31</sup>.

No mês seguinte, o Presidente Ford escreveu para Bhutto externando suas preocupações sobre a compra da planta de reprocessamento. Ford afirmava que não duvidava das intenções pacíficas do programa nuclear paquistanês, mas entendia que a planta de reprocessamento poderia abalar as relações entre os dois países. A compra dessa planta de reprocessamento faria com que ele, Ford, perdesse o apoio interno nos EUA: tanto entre a opinião pública, quanto no Congresso. O presidente estadunidense concluiu fazendo um apelo para que Islamabad desistisse da planta de reprocessamento<sup>32</sup>. A julgar por essa correspondência fica evidente como a conjuntura interna dos Estados Unidos fez com que o executivo tomasse medidas e apelasse para que o Paquistão não adquirisse a planta de reprocessamento.

O Paquistão se viu forçado a aceitar salvaguardas por um prazo de 20 anos para a planta de reprocessamento que seria construída pela França em um acordo firmado anteriormente. Esse era um prazo menor do que o recomendado pelo Grupo de Supridores de Londres. Como as salvaguardas desse acordo trilateral França/AIEA/Paquistão apenas incluíam a parte de reprocessamento, os EUA não consideravam suficiente e iriam apresentar suas ressalvas a esse acordo<sup>33</sup>. Da mesma maneira, Washington esperava poder retardar a implementação do acordo e demonstrava preocupação sobre as intenções paquistanesas como podemos constatar nesse telegrama para a Embaixada em Paris:

<sup>31</sup> Ford Library, National Security Adviser Files, NSC Staff Files for Middle East and South Asian Affairs: Convenience Files, Box 20, Pakistan (1). Secret; Immediate; Exdis. It was drafted by Nosenzo (PM/NPO); cleared by NEA/PAB; and approved by P. It was repeated immediate to Paris, Bonn, Ottawa, and IAEA Vienna. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve08/d224>> Acesso em 15/06/2014.

<sup>32</sup> Ford Library, National Security Adviser Files, NSC Staff Files for Middle East and South Asian Affairs: Convenience Files, Box 20, Pakistan (2). Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve08/d225>> Acesso em 17/06/2014.

<sup>33</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Paris, 16 Fev 1976, NARA, 1976STATE037654. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=8521&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 18/06/2014.

*Nós [do Departamento de Estado] em consultas passadas com autoridades francesas discutimos a venda da planta de reprocessamento ao Paquistão. Nós entendemos que as salvaguardas propostas pelo acordo [França-Paquistão] foram submetidas à consideração da AIEA no final desse mês. Nesse contexto, Nós queremos que vocês [da Embaixada em Paris] saibam que em um relatório recente sobre a totalidade do programa nuclear paquistanês despertou nossa preocupação de que o Governo Paquistanês poderia estar tentando desenvolver capacidade nuclear explosiva conjuntamente com seu programa energético.*

*[...]*

*Nós acreditamos que a avaliação do programa nuclear paquistanês deve começar levando em consideração o fato de que aquele país tem apenas um pequeno reator nuclear, Kanupp que é abastecido pelos canadenses, e nenhuma perspectiva de construir um reator nuclear de grandes proporções nos próximos anos (ainda que aspirem adquirir pelo menos um reator de água leve num futuro próximo). Na falta de recursos para uma planta [de reprocessamento] coerente e viável para a substancial expansão de seu programa nuclear, adquirir suporte para instalações de caráter sensível não nos parece ter validade econômica (tradução livre)<sup>34</sup>.*

Dessa forma, percebe-se como o Departamento de Estado duvidava das intenções paquistanesas e desejava retardar a aquisição de tecnologia e componentes nucleares sensíveis. Os EUA consideravam inclusive intervir diretamente com a França e a RFA para tentar bloquear qualquer acordo que esses países viessem a tecer com o Paquistão<sup>35</sup>. O governo paquistanês percebia que a posição estadunidense havia se tornado mais rígida em relação ao programa nuclear de seu país, bem como Washington estava mais assertivo em sua postura sobre a proliferação nuclear. O Departamento de Estado entendia que os EUA deveriam acompanhar mais de perto o programa nuclear paquistanês. Bhutto dificilmente iria abrir mão da opção nuclear, até porque haveria eleições no Paquistão no final de 1976 e o programa nuclear era popular dentre vários setores da sociedade paquistanesa<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Paris, 18 Fev 1976, NARA, 1976STATE038854. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=7840&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 19/06/2014.

<sup>35</sup> Embaixada em Bonn para Departamento de Estado, 20 Fev 1976, NARA, 1976BONN2879. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=15267&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 20/06/2014.

<sup>36</sup> Embaixada em Paris para Departamento de Estado, 07 Abr 1976, NARA, 1976PARIS10668.

Nesse momento o Paquistão propunha uma forma de acordo multilateral em que o Irã iria contribuir com a compra da planta de reprocessamento e poderia fazer uso da mesma. Essa era uma manobra vista como mais segura, pois teoricamente impediria que os países envolvidos desviassem seus programas nucleares para fins bélicos. Kissinger sequer considerou a proposta paquistanesa de envolver o Irã no acordo nuclear com a França, acabando por optar por acordos bilaterais. Kissinger era cético de um acordo multilateral, pois Irã e Paquistão poderiam se beneficiar da planta de reprocessamento sem sofrerem nenhuma restrição. O Secretário de Estado estava determinado a impedir que o Paquistão viesse a adquirir uma planta de reprocessamento.

Na reunião de 9 de julho de 1976 no Departamento de Estado, ficou claro que o Departamento de Estado tinha convicção de que Bhutto desejava construir uma bomba nuclear. O governo estadunidense avaliava que os paquistaneses construiriam uma bomba de plutônio por volta de 1980. As salvaguardas poderiam ser um fator que iria retardar os paquistaneses no desenvolvimento de um artefato nuclear. Aventava-se a possibilidade de fazer com o Paquistão o que foi feito com a Coréia do Sul no sentido de restringir e consequentemente fazer esse país abandonar seu programa nuclear. Kissinger queria que os EUA vendessem um reator nuclear ao Paquistão para que Islamabad desistisse de construir uma planta de reprocessamento ao mesmo tempo em que Washington garantiria o fornecimento de armamentos convencionais ao Paquistão<sup>37</sup>.

Washington percebia como falsas as declarações de países como o Brasil e o Paquistão sobre seus esforços de não proliferação e de aceitarem as devidas salvaguardas. Esses acordos de salvaguardas poderiam ser denunciados unilateralmente pelos países receptores de tecnologia nuclear. Em abril de 1976, Bhutto e o Ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Agha Shahi, defendiam o programa nuclear paquistanês, criticando Washington por adotar uma postura distinta com diferentes países que desenvolviam programas nucleares. Bhutto reafirmava que o Paquistão não tenciona de-

---

Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=86903&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 20/06/2014.

<sup>37</sup> National Archives, RG 59, Central Foreign Policy Files. Confidential; Nodis. It was drafted on July 12 by Peck and approved on October 12 by S. The meeting took place in the Secretary's office. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve08/d231>> Acesso em 21/06/2014.

envolver uma bomba nuclear e que a energia nuclear era fundamental para o desenvolvimento de seu país. Os dois citaram o exemplo da África do Sul, que para eles vinha sendo tratada com leniência, tendo em vista suas relações com Israel e o estágio de seu programa nuclear<sup>38</sup>.

O governo paquistanês considerava a compra da planta de reprocessamento um *fait accompli*, por ser uma questão de soberania nacional era politicamente impossível de ser cancelado naquele momento<sup>39</sup>. Os franceses também consideravam que a venda já havia sido consumada e era impossível cancelá-la. Os EUA ofereciam uma cooperação ativa com o Paquistão desde que o país islâmico desistisse de construir a planta de reprocessamento. O Embaixador dos EUA no Paquistão, Henry Byroade, não considerava a questão da planta de reprocessamento um assunto encerrado e acreditava que Bhutto ainda poderia mudar de ideia. Os EUA consideravam que plantas de reprocessamento não tinham nenhuma outra utilidade que não para produzir armas nucleares. Os franceses viam a posição estadunidense como chantagem<sup>40</sup>.

A França foi adiante com o acordo nuclear com o Paquistão, ignorando a pressão do Secretário de Estado estadunidense, Henry Kissinger, para que esse acordo fosse cancelado. Os franceses viam essa atitude estadunidense como uma interferência em suas vendas nucleares para o Terceiro Mundo, os franceses argumentavam que o Paquistão havia aceitado as salvaguardas da AEIA. O jornal francês *Le Monde* aponta a pressão que a candidatura de Carter exerceu sobre Ford na questão da proliferação nuclear, de modo que Kissinger tentava demonstrar para a opinião pública estadunidense e o Congresso que o governo republicano estava empenhado em prevenir a proliferação nuclear<sup>41</sup>. Kissinger alertava para a possibilidade da cooperação entre os programas nucleares de Paquistão e Líbia. O ditador líbio, Muammar

---

<sup>38</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 15 Abr 1976, NARA, 1976IS-LAMA03790. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=84095&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 22/06/2014.

<sup>39</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 28 Jul 1976, NARA, 1976IS-LAMA07703. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=187609&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 22/06/2014.

<sup>40</sup> Embaixada em Islamabad para Departamento de Estado, 02 Ago 1976, NARA, 1976IS-LAMA07879. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=213580&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 22/06/2014.

<sup>41</sup> Departamento de Estado para Secretário de Estado, 10 Ago 1976, NARA, 1976STATE197961. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=199335&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 23/06/2014.

Qaddafi, havia visitado o Paquistão em agosto de 1976 para discutir com Bhutto assuntos não revelados. Qaddafi poderia financiar a compra da planta de reprocessamento da França para o Paquistão, como uma forma de conseguir para si o material necessário para um artefato nuclear<sup>42</sup>.

O governo francês pontuava que o acordo nuclear Brasil-RFA é muito mais perigoso para a proliferação nuclear do que o acordo entre Paris e Islamabad e que se o primeiro poderia ocorrer não havia motivo para que o segundo também não possa. Na verdade os franceses tentam vincular o cancelamento de um acordo ao outro<sup>43</sup>. Todavia a posição francesa foi se modificando ao longo do ano de 1976, a ponto de no final daquele ano o acordo que até então era certo já não parecia mais. Segundo o *Le Monde*, a França não iria objetar o cancelamento do acordo nuclear com o Paquistão, caso Islamabad assim desejasse. O Paquistão teria de escolher entre um acordo nuclear pacífico com o Canadá ou um acordo suspeito com a França; o Canadá não aceitaria fornecer combustível nuclear por mais de dois anos se Islamabad levasse adiante o acordo com a França<sup>44</sup>.

O acordo entre França e Paquistão não se concretizou, de modo que os paquistaneses buscaram outros meios para desenvolver armas nucleares, especialmente por meio dos laboratórios de Abdul Khan. Possivelmente as negociações para esse acordo com a França poderiam ser apenas uma fachada para escamotear o projeto nuclear autônomo já em curso naquele momento (LEVY; SCOTT-CLARK, 2007: p. 66).

## 5. Conclusão: O Paquistão Desenvolve Armas Nucleares

Percebe-se que houve um aumento dos atritos entre Washington e Islamabad no ano de 1976, fundamentalmente devido ao programa nuclear paquistanês. Pode-se dizer que houve uma mudança na postura estadunidense sobre a

---

<sup>42</sup> Departamento de Estado para Embaixada em Islamabad, 26 Ago 1976, NARA, 1976STATE212201. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=208181&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 06/06/2014.

<sup>43</sup> Embaixada em Paris para Departamento de Estado, 18 Out 1976, NARA, 1976PARIS30765. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=272762&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 23/06/2014.

<sup>44</sup> Departamento de Estado para AEIA Vienna, 17 Nov 1976, NARA, 1976STATE282168. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/createpdf?rid=304240&dt=2082&dl=1345>> Acesso em 23/06/2014.

não proliferação entre 1974 e 1976. Como o exemplo paquistanês bem demonstra, os EUA foram se tornando mais duros em suas críticas ao programa nuclear paquistanês e tomaram medidas diplomáticas para tentar conter a expansão daquele programa nuclear. Os próprios documentos apontam que essa mudança de postura devia-se a candidatura de Carter e ao uso que o candidato democrata fazia da questão da não proliferação nuclear.

É inegável que Ford e Kissinger fizeram esforços autênticos para impedir que o Paquistão construísse uma planta de reprocessamento e avançasse ainda mais em seu programa nuclear. Todavia o *modus operandi* kissingeriano era um onde as negociações eram feitas quase que secretamente, bem diferente do estilo militante de Carter em torno dos direitos humanos e da não proliferação nuclear. Aparentemente os esforços do governo Ford nesse sentido não foram suficientes para provar a opinião pública estadunidense de que seu governo estava fazendo tudo que era possível para favorecer a não proliferação nuclear. Para Logevall e Preston (2008: p.90), Kissinger era indiferente nas questões domésticas e incapaz de ganhar amplo apoio entre o público em geral.

A eleição de Carter em 1976 mudou significativamente a postura estadunidense sobre o tema da não proliferação. Como muitas das iniciativas de Política Externa do governo Carter, a política de não proliferação foi ambígua e faltou controle e uma liderança coerente. Revelando a inexperiência do novo presidente em assuntos de Política Externa e a desorganização em que se encontrava o legislativo estadunidense; Carter mudou progressivamente sua atitude em relação a não proliferação e ao impedimento do uso de combustível de plutônio (que poderia ser usado como explosivo nuclear para a construção de uma bomba). Alguns membros de seu governo ficaram surpresos com essa mudança de uma posição mais radical e dura contra a proliferação nuclear para outra mais tolerável. O posicionamento de Carter variou de um momento para o outro denotando a ambiguidade de sua Política Externa, nesse campo específico, e refletindo a mudança da conjuntura internacional (BRENNER, 1981: p. 122-143).

Os laços estreitos entre o Paquistão e os Estados Unidos nos anos 1980 forneceram certa proteção ao programa nuclear paquistanês, pois os EUA apoiavam e financiavam o Paquistão para apoiar os *mujahideens*<sup>45</sup> no Afe-

---

<sup>45</sup> *Mujahedeens, Mujahedin, Mujahidin*. A palavra origina-se da raiz *jihad* (esforço, empenho, sacrifício), da palavra *mujahid* (exercer esforço contra algo ou alguém, lutar). *Mujaheddin* é aquele que luta, um combatente. Pode ter um significado religioso, militar ou paramilitar. O nome ganhou

ganistão, de modo que Islamabad tornou-se um aliado indispensável na linha de frente da Guerra Fria. Essa situação estratégica permitiu que os Estados Unidos fizessem “vistas grossas” ao programa nuclear paquistanês. Afinal a aliança não poderia ser arriscada por um motivo menor, sendo a prioridade o combate aos soviéticos.

A questão do Afeganistão logo se tornou fundamental na estratégia estadunidense. O governo Reagan tentou de todas as formas minimizar a gravidade e o estágio avançado em que se encontrava o programa nuclear paquistanês para o público estadunidense e o Congresso. A ajuda financeira que estava sendo dada ao Paquistão para suportar a luta dos *mujahideen* contra os soviéticos era desviada para financiar o programa nuclear paquistanês (LEVY; SCOTT-CLARK, 2007: p. 109-162). Até o teste nuclear em 1998 o Paquistão desfrutou da suspeita a respeito de seu programa nuclear, nem afirmando nem desmentindo a posse de armas nucleares. Mas com os testes de 1998 essa posição de ambiguidade se alterou e o país muçulmano passou a sofrer sanções dos EUA – pois agora o Paquistão passava inegavelmente a possuir armas nucleares (AHMED, 2000: p. 781-783).

Dessa maneira, a análise da relação entre Estados Unidos e Paquistão em um momento fundamental para o programa nuclear paquistanês, ainda incipiente, fornece uma contribuição para o problema da não proliferação nuclear. O Paquistão é um caso onde o regime de não proliferação não funcionou, apesar de seu programa nuclear despertar a atenção da comunidade internacional desde meados dos anos 1970. Reconhece-se como genuína a intenção do governo Ford de conter as ambições nucleares paquistanesas, ainda que de forma bem distinta da que seria adotada por seu sucessor na Casa Branca. A política de não proliferação do governo Ford, seguiu o viés realista que pautava a Política Externa estadunidense naquele momento, não obstante tendo de se adequar as pressões internas (da opinião pública e do Congresso) por uma posição mais assertiva contra a proliferação nuclear.

Por fim, percebe-se como foram convulsionadas as relações entre Washington e Islamabad na questão da não proliferação nuclear. Desde a recusa paquistanesa em aderir ao TNP, passando pelas tentativas do país islâmico em importar tecnologia e componentes nucleares de outros países até as

---

notoriedade a partir da invasão soviética ao Afeganistão em 1979, referia-se a um grupo que lutou contra o governo afegão pró-marxista e era formado por muçulmanos afegãos, paquistaneses, argelinos, egípcios, assim como nacionais de outros países árabes e muçulmanos (TEIXEIRA DA SILVA; ZHEBIT: 2009: p. 319).

denúncias contra a Rede Khan<sup>46</sup>; fizeram com que os dois países tivessem diversos momentos de atritos e afastamentos. Kissinger insistia na salvaguarda das instalações nucleares paquistanesas e mesmo entendendo como limitada a capacidade de os Estados Unidos brecaem o programa nuclear paquistanês, o Secretário de Estado declarou aos diplomatas paquistaneses que era contrário as ambições nucleares do país islâmico.

A postura mais dura do governo Ford em torno da questão da não proliferação nuclear em 1976 deveu-se a proximidade da campanha presidencial e a pressão da opinião pública de do Congresso nesse sentido. Carter denunciava o governo Ford como complacente com os programas nucleares de vários países e como frouxo na política de não proliferação. O governo republicano adotou medidas concretas visando impedir ou retardar o acordo nuclear entre Paris e Islamabad. Tendo em vista o exposto ao longo desse artigo, não se pode caracterizar a Política Externa do governo Ford como vacilante em relação ao programa nuclear paquistanês, ainda que no início de sua presidência a proliferação nuclear não era um tema premente.



---

<sup>46</sup> A ideia de que AQ Khan tivesse elaborado e sustentado uma rede de proliferação nuclear pelo mundo sem o conhecimento – e quiçá assistência – do governo paquistanês é bastante improvável. A suspeita de que a Rede Khan fosse operada pelo governo de Islamabad é plausível. Os ataques de 11 de setembro fizeram com que Washington denunciasse a rede Khan e exigisse do Paquistão que tomasse medidas contra AQ Khan – devido ao receio de que armas nucleares caíssem nas mãos de terroristas –, de modo que Islamabad se eximiu de qualquer tipo de culpa, supondo-se não saber das atividades ilegais de Khan e encontrando no cientista um “bode expiatório” (HINDERSTEIN; ALBRIGHT, 2005: p. 111-120).

## Bibliografia

AHMED, Samina (2000). "Security Dilemmas of Nuclear-armed Pakistan", en *Third World Quarterly*, Vo. 21, No. 5, p. 781-793.

ALBRIGHT, David; HINDERSTEIN, Corey (2005): "Unraveling the A.Q. Khan and the Future Proliferation Networks", en *The Washington Quarterly*, Vol 28, No. 2, p. 111-128.

BRENNER, Michael (1981), *Nuclear Power and Non-proliferation: the remaking of US policy*. New York: Cambridge University Press.

BRIGAGÃO, Clóvis. Não-Proliferação, Desarmamento e Domínio da Tecnologia para Fins Pacíficos - os regimes de não proliferação, desarmamento e domínio de tecnologia nuclear na perspectiva sul-americana. In: *Segurança Internacional: Políticas Públicas e Cooperação Bi-Regional: um diálogo Europa - América do Sul* (2004). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, p. 96-102.

CIMBALA, Stephen (2005). *Nuclear Weapons and Strategy: U.S. nuclear policy for the twenty-first century*. New York: Routledge.

CORERA, Gordon (2006), *Shopping for Bombs: Nuclear Proliferation, Global Insecurity, and the Rise and Fall of the A. Q. Khan Network*, New York: Oxford University Press.

FRANTZ, Douglas. COLLINS, Catherine (2007), *The Nuclear Jihadist: the true story of the man who sold the world's most dangerous secrets... and how we could have stopped him*, New York: Twelve.

GANGULY, Sumit; KAPUR, S. Paul (2010), *India, Pakistan, and the Bomb: debating nuclear stability in South Asia*, New York: Columbia University Press.

KHAN, Feroz Hassan (2012), *Eating Grass: the making of the Pakistani bomb*, Stanford: Stanford University Press.

KISSLING, Claudia (2008). *Civil Society and Nuclear Non-Proliferation: how do states respond?* Aldershot: Ashgate.

LETTOW, Paul (2010). *Strengthening the Nuclear Nonproliferation Regime*. New York: Council on Foreign Relations: Council Special Report No. 54.

LEVY, Adrian; SCOTT-CLARK, Catherine (2007), *Deception: Pakistan, the United States and the secret trade in nuclear weapons*, New York: Walker & Company.

LOGEVALL, Fredrik; PRESTON, Andrew (Org.) (2008), *Nixon in the World: American Foreign Relations, 1969-1977*, New York: Oxford University Press.

METZ, William; LONG, Roger (2010), *The Political Career of Mohammad Ali Jinnah*, New York, Oxford University Press.

PERKOVICH, George; et. al (2007). *Universal Compliance: a strategy for nuclear security*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

REISS, Mitchel; LITWAK, Robert (1994), *Nuclear Proliferation After The Cold War*, Baltimore: John Hopkins University Press.

O Governo Ford e o Programa Nuclear Paquistanês (1974-1977)

SHAIKH, Farzana (2002), “Pakistan’s Nuclear Bomb: beyond the non-proliferation regime”, en *International Affairs*, No. 78, p. 29-48.

SIDDIQA, Ayesha (2007), *Military Inc.: inside Pakistan’s military economy*, Oxford: Oxford University Press.

SISSON, Richard; ROSE, Leo (1991), *War and Secession: Pakistan, India and the creation of Bangladesh*, Berkeley: University of California Press.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C; ZHEBIT, Alexander (org.) (2009), *Neoterrorismo: reflexões e glossário*, Rio de Janeiro: Gramma.

UTGOFF, Victor (org.) (2000). *The Coming Crisis: nuclear proliferation, U.S. interests and World Order*. Cambridge: MIT Press.

WESTAD, Odd Arne; LEFFLER, Melvyn (org.) (2010). *The Cambridge History of the Cold War Volume 1: origins*. Cambridge: Cambridge University Press.

### Fontes Documentais

FRUS (*Foreign Relations of the United States*). Series 1969–1976, Volume E–8, Documents on South Asia, 1973–1976. Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve08>>.

FRUS (*Foreign Relations of the United States*). Series 1969–1976, Volume Volume E–3, Documents on Global Issues, 1973–1976. Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve03>>.

FRUS (*Foreign Relations of the United States*). Series Volume E–2, Documents on Arms Control and Nonproliferation, 1969–1972. Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve02>>.

*National Archives and Records Administration (NARA). Access to Archival Databases (AAD)*. Acesso em 22/10/2014. Disponível em: <<http://aad.archives.gov/aad/>>.